



Media e Mobilização Social na Construção do Discurso Jornalístico sobre Infância O caso brasileiro

Lidia Soraya Barreto Marôpo

Mestranda em Estudos dos Media e do Jornalismo

Universidade Nova de Lisboa

lidiamaropo@hotmail.com

Introdução

Amparados legalmente desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069 de 1990, os movimentos de defesa dos direitos infanto-juvenis no Brasil têm ultrapassado as acções de cariz filantrópico em prol de discursos e actividades com contornos de reivindicação política. O instrumento jurídico, fruto de uma ampla mobilização social e elaborado em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança (ONU), é mais uma arma dos movimentos sociais na luta pelos direitos de milhares de crianças e adolescentes em situação de exclusão no país.

Apoiada na lei, a sociedade civil organizada procura transformar a causa da infância num tema de legitimidade socialmente reconhecida. Nesse sentido, actores sociais que trabalham em organizações não-governamentais perceberam nos media um instrumento fundamental. Eles procuram divulgar nos meios de comunicação as questões relacionadas com crianças e adolescentes, buscando ampliar a repercussão da temática no espaço público e pressionando para a sua inclusão na agenda política. O interesse dessas organizações pelos media e pela comunicação pode ser atestado pela contratação de serviços de assessoria de imprensa, pela criação de prémios de jornalismo na área da infância, pela promoção de seminários sobre a temática especialmente para jornalistas e pela criação de sites informativos na Internet.

Essa mobilização possibilitou a ampliação do espaço nos media noticiosos para temas como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, educação, entre outros. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), entidade da sociedade civil sem fins lucrativos que participa nesse movimento, registou 64% de crescimento no número de notícias, artigos e reportagens publicadas sobre questões relacionadas com as crianças e adolescentes nos 50 maiores jornais do país, entre 1996 e 2002. O leque de temas e o volume de reportagens que dão tratamento mais aprofundado a essas questões também aumentou, assim como a variedade de fontes consultadas.

A politização das questões da infância tornou possível a organização da sociedade civil como público capaz de comunicar, com certa liberdade, suas posições através dos media. Podemos considerar as suas práticas como “esforços militantes no sentido de enriquecer a partir de baixo os fluxos de informação entre cidadãos que comunicam entre si, independentemente dos Estados-nação em que vivem” (Keane, 1991:137).

Percebemos a relação entre os media noticiosos brasileiros e a temática da infância tomando como referência esse cenário. Reconhecemos os interesses políticos e económicos dos meios de comunicação, mas afirmamos que eles são parte de um sistema social e como tal precisam construir sua legitimidade de forma permanente por meio do relacionamento com suas audiências.

Por estes motivos, movimentos sociais integrados numa teia de relações sociais - que incluem instituições políticas, jurídicas, agências multinacionais etc - e que sabem mobilizar ressonâncias culturais fortes e apoiar-se em eventos (Neveau, 1999)

conseguem ver seus temas agendados pelos media, embora sujeitos às linguagens e formatos destes.

Movimentos Sociais, Infância e Media

Partimos da hipótese de que mesmo diante da emergência de grandes grupos empresariais, da desigualdade de oportunidade de acesso aos media e da dissimulada censura estatal, a sociedade civil, quando organizada, consegue influenciar significativamente os meios de comunicação.

Freqüentemente pronunciado por académicos, políticos, militantes e jornalistas, o termo sociedade civil – hoje bastante vulgarizado - provoca desconfiança em uns e poucos esclarecimentos para outros. John Keane, em diversas obras, procura mostrar como a divisão setecentista entre Estado e Sociedade pode ser útil para analisar a política contemporânea e propõe uma reconstrução do termo. O cientista político inglês propõe uma acepção da expressão como uma categoria ideal-típica que descreve e considera, simultaneamente, um conjunto complexo e dinâmico de instituições não-governamentais legalmente protegidas que tendem a não ser violentas, auto-organizadas, auto-reflexivas e em permanente tensão umas com as outras e com as instituições estatais que enquadram, constringem e facilitam as suas actividades (Keane, 1998: 14).

O autor fala da popularização da expressão, afirmando que a linguagem da sociedade civil e o contraste, implícito ou explícito, com as instituições estatais, aparecem numa extraordinária variedade de contextos intelectuais, com diferentes sentidos e com uma ampla multiplicidade de fins. Keane ressalta o uso do termo em relação a “muito negligenciada questão das crianças e dos maus tratos infantis” (Keane, 1998: 34) e identifica seu uso crescente com o “dramático crescimento de organizações cívicas não-governamentais que operam a nível internacional” (Keane, 1998: 46). Segundo o autor, em 1900 havia apenas cem organismos destes, enquanto que no final dos anos 90 esse número já passava de 10 mil e continuava a aumentar rapidamente.

Talvez essa ploriferação de organizações não estatais também tenha influenciado a definição de Jürgen Habermas. Mais de três décadas depois do lançamento de sua obra clássica “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, o pesquisador afirma que a sociedade civil é composta por associações, organizações e movimentos emergentes, mais ou menos espontâneos, que de acordo com a ressonância dos problemas sociais na esfera

da vida privada, destilam e transmitem tais reacções em formas amplificadas para a esfera pública (Habermas,1997:367).

Ernest Gellner prefere definir o termo a partir de sua relação com o poder estatal. A Sociedade Civil (a expressão é sempre colocada em maiúsculas pelo autor) é identificada como um conjunto de diversas instituições não-governamentais suficientemente fortes para contrabalançarem o Estado e que, embora não evitem que o Estado desempenhe o seu papel de manutenção da paz e de arbitragem de interesses relevantes, pode apesar disso evitar que ele domine e atomize o resto da sociedade (Gellner in Keane, 1998: 91).

É dentro desse quadro, de uma sociedade civil pluralista e que partilha poderes com as instituições do Estado, só possível em condições democráticas, onde florescem os movimentos sociais. Segundo Érik Neveu (2002:10), os movimentos sociais podem ser designados, em um primeiro esforço, como uma forma de acção colectiva em favor de uma causa. Citando Touraine, o autor afirma que os movimentos sociais são uma componente singular e importante da participação política. Neveu também ressalta a importância dos mais diversos movimentos sociais durante o século XX: sindicalismo, ecologismo, feminismo, movimentos de libertação nacional...

Outra concepção do autor bastante pertinente para nossa pesquisa é a de que há um crescente processo de profissionalização em estruturas associativas ou militantes, que as aproximam de organizações económicas e burocráticas. Essa análise pode ser ilustrada por duas faces. A primeira pelo desenvolvimento de uma gama de produtos para financiar e popularizar uma causa, livros, t-shirts, autocolantes, vídeos e a segunda pela incorporação de um corpo permanente de funcionários e de experts (advogados e comunicadores, por exemplo).

É a partir desta esfera civil, com identidades múltiplas e em conflito, que John Keane defende a extensão do processo de democratização. Pissarra Esteves também reconhece o papel fundamental da sociedade civil para a regeneração do espaço público, e em particular para um funcionamento dos media favorável ao aprofundamento da comunicação política e ao reforço da vida pública em geral. Ele afirma que não são os recursos próprios (técnicos ou simbólicos) dos media que determinam este ou aquele registo particular de funcionamento. “Qualquer registo depende sim, em primeira instância, da dinâmica e da vitalidade que revela a sociedade civil, e, portanto, do condicionalismo particular que essa situação cria ao funcionamento dos media: o grau de exigência imprimido à construção das mensagens,

o respeito pelos públicos, as garantias de acesso às redes de informação, a racionalidade das práticas discursivas e a democraticidade em geral (liberdade e igualdade) da comunicação pública” (Esteves, 2003: 66).

Nesse sentido, o reconhecimento social de identidade torna-se fundamental, permitindo que a causa se coloque como legítima no caldeirão de lutas sociais, que envolvem questões ecológicas, étnicas, de gênero etc. Os media são utilizados como campo privilegiado nessa tentativa de visibilidade, afirmação identitária e consequente influência. Gerstlé, citando Almond et Powell, afirma que “no sistema político a função de comunicação é uma condição necessária à execução de outras funções como a articulação e agregação de interesses” (Gerstlé, 1992:116). O autor refere-se ao sistema partidário-eleitoral, mas, se tomarmos a política num sentido mais amplo, podemos acreditar que as premissas se adaptam perfeitamente à sociedade civil em questão.

Na visão de Gerstlé, “a tipologia das mensagens partidárias faz aparecer um repertório de comunicação que se pereniza com o tempo enquanto a conjuntura muda e os acontecimentos da actualidade se sucedem” (Gerstlé, 1992: 117). O pesquisador fala de rotinas do discurso, que asseguram a homogeneidade dos textos.

No caso das temáticas da infância no Brasil, podemos falar de uma sociedade civil que passa por um processo de reconhecimento de uma identidade própria. Algumas entidades e associações com autonomia perante o Estado e outras com sérias limitações por dependerem do mesmo financeiramente, mas, no conjunto, capazes de exercer pressões sobre os media e sobre a construção da agenda política.

Esse esforço de construção identitária e também de legitimação da causa é visível quando os movimentos pela infância utilizam expressões em comum em seus discursos - “cidadãos em fase especial de desenvolvimento”, “exploração do trabalho infantil”, “Adolescente em conflito com a lei”, “exploração sexual”, “crianças em situação de risco social” - e refutam outras como “menor”, “prostituição infantil”, “menino de rua” e “menor infractor”. Todo esse repertório denota o trabalho de legitimação da causa dos direitos da infância, da busca pela construção de um retrato humanizado de crianças e adolescentes postos à margem da sociedade e da luta pelo poder de ser reconhecido como porta-voz destes.

Nesse sentido, os movimentos pela infância configuram-se como públicos “com consciência de identidade simultânea de suas ideias e tendências, de suas convicções e de suas paixões” (Tarde, 1986:65). Para este autor – que desenvolveu suas ideias no início do século XX inspirado nos media impressos -, o conceito de público surgiu com

a invenção da imprensa, na Idade Moderna. Ele fala de uma colectividade espiritual, com indivíduos fisicamente separados e entre os quais existe uma coesão somente mental. Esses homens deixam-se entusiasmar, influenciam-se mutuamente, mesmo que separados num território vasto. O laço que os une é a consciência de cada um de que as suas ideias ou vontades são compartilhadas no mesmo momento por um grande número de pessoas com acesso aos mesmos media.

No nosso caso, estamos a falar de organizações não-governamentais – e algumas vezes de órgãos públicos – com acesso às mesmas informações mediáticas, que se organizam em fóruns e articulações, comunicam entre si por meio de redes na Internet, divulgam informações sobre direitos da infância nos seus *sites* e procuram – muitas vezes em conjunto – ocupar espaços nos media por meio de eventos programados para denunciar e dar visibilidade a casos de desrespeito aos direitos de crianças e adolescentes. Um público capaz de se mobilizar e de fazer vibrar as estruturas nas quais se apoiam, modificando as relações de força entre a sociedade e o sistema político. Há uma transformação na questão central de quem pode colocar os temas na ordem do dia e determinar a direcção das correntes de comunicação (Habermas, 1998:460).

Os militantes de organizações de defesa dos direitos da infância formam um sub-público que, a exemplo de muitos outros – ecologistas, feministas, defensores de minorias raciais ou étnicas – lutam por visibilidade no Espaço Público. Para isso procuram influenciar os media e agem como dinamizadores de públicos mais amplos que transcendem seus limites. Pensamos o poder dos media sob influência desses sub-públicos, apesar das já citadas restrições económicas, tecnológicas e políticas.

Segundo Habermas, todas as formas de comunicação humanas, por mais assimétricas que as relações sociais sejam e mesmo quando se fala em comunicação de massa, são essencialmente derivadas da forma básica do diálogo e devem ser vistas como relações entre sujeitos humanos activos. Essa concepção sugere que devemos prestar atenção não somente ao conteúdo das mensagens, mas também à relação entre o comunicador e as suas audiências e às implicações desta sobre as relações sociais. “Nós admitimos que um acto de linguagem pode ser chamado de aceitável quando ele satisfaz as condições necessárias para que uma audiência responda ‘sim’ à pretensão emitida pelo locutor” (Habermas, 1987:445).

A teoria de Habermas de que todo processo de comunicação envolve uma rede de relações entre sujeitos activos implica que os media precisam de legitimação para continuar a existir. “Eles precisam manter a integridade do relacionamento com as suas

audiências e ainda a integridade da sua própria imagem e das relações sociais que fazem a profissão do jornalismo” (Hallin, 1985: 139). Ou seja, a possibilidade dos media apoiarem ideologicamente o sistema económico e político é limitada pela sua necessidade de manter a integridade do processo de comunicação do qual depende a sua legitimação.

Isso implica que os media não podem ignorar um público activo com identidade já reconhecida socialmente. Actores sociais organizados, que muitas vezes contam com o trabalho especializado de assessores de comunicação, têm muito mais possibilidades de se tornarem emissores de mensagens com repercussão nos media. Eles já possuem uma identidade constituída, falam em nome de organizações institucionalizadas e indirectamente contribuem para a legitimação dos media quando lhes oferecem informações de carácter social e de interesse público.

A partir dessa percepção, o interesse das organizações de defesa dos direitos da infância pelos media e pela comunicação é crescente e pode ser atestado em entidades como o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, financiado pela cooperação internacional e pelo UNICEF, cuja missão é defender direitos humanos infanto-juvenis. A ONG conta com uma estrutura profissionalizada de assessoria de comunicação e concede, em média, 120 entrevistas por ano para os mais diversos meios de comunicação, denunciando problemas nas áreas de educação, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil, entre outros. A organização coloca essa visibilidade mediática como fundamental, inclusive para forçar o seu diálogo com representantes do poder público.

Destacamos ainda a criação de organizações não-governamentais – nomeadamente a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com dez entidades filiadas em diferentes Estados brasileiros e ramificação em outros oito países da América Latina - cuja própria razão de ser consiste num trabalho de educação para os media e de promoção dos direitos infanto-juvenis no âmbito dos mesmos. O trabalho dessas ONGs inclui publicações diversas, desde guias de fontes de informação sobre temas relacionados com crianças e adolescentes a manuais sobre como tratar de infância e adolescência no jornalismo, além de análises quantitativas e qualitativas sobre notícias ligadas à temática.

Não podemos isolar os media de toda essa influência social, apesar do seu papel central na vida pública. O seu poder está intrinsecamente ligado ao Espaço Público, origina-se dele e é partilhado com ele e como tal não se pode transformar numa

usurpação ou tentativa de dominação da sua própria fonte de legitimidade. (Esteves 2003: 62).

Partindo da teoria habermasiana, Hallin acredita que a participação nas sociedades capitalistas deve ser estimulada por iniciativas de fora das instituições que dominam a esfera pública. As organizações da sociedade civil podem fazer-se ouvir a despeito do controlo centralizado dos canais de comunicação política. Quando um público activo desafia os limites do discurso, os media só podem ignorá-lo até ao limite da sua própria legitimação (Hallin, 1985: 143).

Sabemos que as condições sócio-político-económicas impostas pelo sistema capitalista hoje reduzem bastante essa participação da sociedade civil no espaço público, mas a ideia de revitalização da esfera pública é fundamental para uma nova visão sobre os media, que reconhece o seu poder, mas vê limites no mesmo. “O poder que os mass media têm de moldar as nossas vidas é limitado; apesar da sua natureza profundamente manipuladora, estão condenados a ser meios de *comunicação* e de *controvérsia*” (Keane, 1991: 177).

Keane também afirma que os media existem como parte de uma determinada organização social e que são as instituições exteriores a eles as maiores responsáveis pela maneira como são geridos e pelos conteúdos que divulgam. “... Os media de qualquer sociedade são das instituições mais importantes, a coragem e a independência que revelam são sempre um reflexo do estado da moral e do vigor de outras instituições, sejam elas escolas, sindicatos, igrejas, parlamentos, governos ou tribunais” (Keane, 1991:184).

Agenda Setting

Nesse sentido questionamos em parte a teoria do *agenda setting*, que coloca os media como “capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar. Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados - agendados - pelos media, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda dos media termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social” (Hohlfeldt, 1997: 44).

No nosso ponto de vista, esse agendamento não parte somente dos media, na medida em que muitas vezes os temas são pautados a partir de iniciativas e sugestões da própria sociedade. Os fatos reportados pelos media são gerados a partir de uma rede de relações (para usar uma expressão de Habermas), que envolve diversos outros actores, além dos profissionais de comunicação. No nosso caso analisamos uma audiência específica que é também fonte de informação, influenciando a construção do discurso noticioso e contribuindo muitas vezes para a escolha de quais temáticas serão abordadas. O público acredita que os profissionais da imprensa investigam assuntos isoladamente e em segredo mas, na verdade, eles trabalham em parceria com fontes de informações as mais variadas que influenciam a construção do discurso noticioso.

Podemos citar diversas questões que chegaram aos media brasileiros por sugestão dos movimentos de defesa dos direitos infanto-juvenis. O trabalho infantil doméstico e nos aterros de lixo foram temas denunciados em campanhas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que tiveram imensa repercussão mediática. Cristina Ponte sublinha “a capacidade de influência e de promoção da visibilidade pública de jovens em situação de exclusão social, tendencialmente ignorados ou tratados de forma estereotipada”, pela ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Ponte, 2002: 325). No Ceará, um dos Estados com maior número de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, o problema ganhou notoriedade nos media graças também a um intenso trabalho de divulgação de dados e denúncias do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que reúne aproximadamente 60 instituições governamentais e não-governamentais.

As pesquisas sobre o *Agenda Setting*, segundo Shaw e Hamm, encontraram fortes indícios de que os meios de comunicação de massa historicamente tinham o poder de dizer às pessoas sobre o que pensar, mesmo que as audiências não pensassem da mesma forma sobre os assuntos abordados. As suas fontes de informação seriam, principalmente, as oficiais, ou seja, líderes eleitos ou nomeados no governo, serviço público, educação ou negócios. Esses líderes trabalhariam para a construção de um consenso social em torno de questões importantes para a sua permanência no poder. Os autores ressaltam o relacionamento próximo entre autoridades e jornalistas. “Os tradicionais meios de comunicação de massa concentram-se na cobertura de uns poucos líderes no topo do governo, negócios, igrejas, escolas e outras organizações” (McCombs, Shaw e Weaver, 1995: 216).

As pesquisas da ANDI confirmam a supremacia das fontes oficiais nas notícias e reportagens sobre temáticas ligadas à infância. Dados da *Pesquisa Infância na Mídia*, relativos a 2001 (sobre 49 jornais de 24 Estados e 10 revistas de circulação nacional), quando a metodologia utilizada aferia apenas a fonte geradora da matéria, os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) serviam como ponto de partida para a maioria dos textos. Ou seja, ocupam a posição privilegiada de *primary definers*. O conceito refere-se às fontes que estabelecem a definição ou interpretação primária do tópico abordado. Os argumentos em contrário são obrigados a inserirem-se na sua definição do que está em questão.

Apesar disso, os estudos mais recentes da Agência também informam que há um crescente interesse e espaço para actores sociais que trabalham fora da estrutura governamental. Nos dados relativos a 2002 (sobre 50 jornais de todo o país e 10 revistas de circulação nacional) – quando a metodologia da pesquisa mudou, passando a ser referenciadas como fonte de informação todas aquelas pessoas ou entidades ouvidas pelo repórter ou que produziram dados estatísticos, e não apenas o agente que motivara a reportagem – a maior parte das fontes ouvidas nas matérias tem origem na sociedade civil: 44,22%. “Esse panorama é bastante animador. Embora a imprensa ainda continue dependente em grande medida das fontes governamentais, os jornalistas têm procurado contemplar também outras visões” (ANDI, 2002/2003: 38).

Shaw and Hamm não reconhecem essa maior aproximação entre os media e a sociedade civil organizada, a partir de uma troca de interesses mútua. Os primeiros a actuar pela manutenção da sua própria legitimidade e a segunda a trabalhar pela construção de uma legitimidade para as causas que defende. Os autores preferem trabalhar a hipótese de que estamos a viver um processo de “distúrbio da união social”. Referindo-se à sociedade americana, eles afirmam que os meios de comunicação tradicional estão em declínio já que as audiências se movem para medias mais individualizados.

As agendas nacionais fragmentam-se porque os indivíduos preferem se comunicar com outros que pensam como eles em lugar de se comprometerem com assuntos de interesse geral do país. “Durante anos, os meios de comunicação de massa podiam ser visualizados como pirâmides, com uns poucos líderes no topo e as massas na base. Agora a comunicação horizontal é tão ou mais poderosa que a vertical. De uma maneira que o filósofo Ortega y Gasset (1932) não imaginou, as massas estão a começar a

revoltar-se, não como indivíduos, mas como fortes grupos de interesse, porque agora esses indivíduos podem achar uns aos outros” (Shaw e Hamm, 1995: 212).

Shaw e Hamm acreditam que os media de massa ainda são muito importantes, mas agora precisam competir com a informação que é produzida, distribuída e discutida em todos os níveis. Essa nova realidade reforçaria a visão de que os indivíduos não são passivos, pelo contrário, são bastante envolvidos com questões sociais.

Não se pode negar que as novas tecnologias alargaram consideravelmente as possibilidades de aglutinação, troca de experiências e que provocaram consequente fortalecimento de grupos sociais organizados com interesses comuns. Mas há uma série de questões que os autores se furtaram a analisar. Quando falamos da realidade brasileira, país com um dos maiores índices de concentração de renda do mundo, não podemos deixar de afirmar que o acesso a novas tecnologias é bastante limitado. Mesmo nos EUA, constatam-se desigualdades de acesso à Internet e a outros meios de comunicação.

Também não podemos negar a transferência de audiências das TVs abertas e de leitores de jornais impressos para novos media. Mas muitos dos canais por cabo são propriedade de grandes grupos que detêm ao mesmo tempo canais abertos. De qualquer forma, os seus interesses políticos e económicos e as suas imposições estão presentes. Quanto à Internet, muitos dos portais noticiosos com grande número de acessos são propriedade de grandes jornais ou revistas. Ou seja, as possibilidades de escolha da audiência não são tantas quanto se imagina.

Por último, gostaríamos de destacar que grupos organizados em torno de causas comuns precisam trocar informações entre si – e para isso utilizam os novos meios de comunicação -, mas precisam também atingir o grande público para garantir que os seus pontos de vista se tornem visíveis e obtenham legitimidade social. E essa visibilidade ampla só se consegue através dos media tradicionais. Os *sites* noticiosos na Internet também são importantes nesse processo, é preciso ressaltar, mas em grande parte porque funcionam como fontes de informação para rádios, TVs e jornais impressos.

Para conquistar um espaço na agenda pública, um tema precisa ser trabalhado mediaticamente, num processo que envolve sim o fortalecimento dos grupos sociais que os defendem, mas também restrições de acordo com os interesses e *modus operandi* dos media. A ideia apresentada por Shaw e Hamm de que os novos meios de

comunicação possibilitam que o poder passe para as mãos de homens e mulheres comuns parece um tanto ingênua.

Concordamos, no entanto, que o poder de agendamento dos media de massa é hoje limitado, não só pela utilização de novos meios pelos grupos organizados mas, principalmente, pela capacidade desses grupos de se transformarem em fontes de informação capazes de influenciá-los. Os autores afirmam que “líderes de todos os níveis, incluindo os que dirigem os media tradicionais, precisam aprender a ouvir cidadãos de todas as classes da pirâmide social e as novas comunicações estão tornando isso mais fácil” (Shaw e Hamm, 1995: 229 e 230).

Agendamento político

Essa possibilidade de ser ouvido e ter as suas reivindicações consideradas no jogo político é restrita, no entanto, a grupos que conseguem legitimação na arena política. Estamos a falar essencialmente de pequenos grupos, como afirma Schattschneider, citado por Cobb e Elder, “aqueles que possuem as maiores necessidades normalmente não são incluídos no sistema de pressão, e esse não reflecte precisamente os conflitos na base da sociedade” (Cobb e Elder, 1971:897).

No caso dos direitos infanto-juvenis no Brasil, a temática só conseguiu ampla visibilidade nos media quando actores sociais com maior poder de influência passaram a militar na área. Há pouco mais de duas décadas, quem lidava com crianças e adolescentes em situação de exclusão, em muitos casos, eram profissionais pouco qualificados, frequentemente com actuação de cariz apenas filantrópico e com pouca possibilidade de influir politicamente. “Grupos em situação de subordinação, por conta das suas fontes insuficientes de poder em relação ao restritivo sistema político, são frequentemente incapazes de converter as suas reivindicações de mudança em questões políticas importantes” (Cobb e Elder, 1971:903).

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, outros actores conquistaram mais espaço. Muitas ONGs que entram em cena na arena política são formadas por advogados (caso dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECAs), jornalistas (caso da Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI) e outras profissões mais facilmente legitimáveis como fontes de informação dos medias, como psicólogos, sociólogos e assistentes sociais.

São as instituições com esse perfil as maiores responsáveis pela visibilidade da temática, e muitas vezes trazem a reboque outras com menor poder de influência porque actuam juntas em fóruns e articulações. “A legitimação de um grupo será realçada pelo *status* e posição social dos seus membros. Em outras palavras, pessoas sem recursos (grupos de baixos rendimentos, por exemplo) terão mais dificuldades em conseguir legitimação do que os seus contra-partes com maior *status*” (Cobb e Elder, 1971:909 e 910).

Perceber como “um grupo articula as suas reivindicações e as transforma em questões viáveis que requerem alguma resposta satisfatória dos representantes do poder público” (Cobb e Elder, 1971: 905) é fundamental para compreendermos como um tema alcança *status* na agenda formal. De facto, estamos a falar de tentativas de influenciar a actividade política de uma comunidade, ou seja, de revelar determinadas preferências e as comunicar ao sistema político.

Nesse sentido, cabe definir mais apropriadamente o termo agenda política, que já foi utilizado algumas vezes nesse trabalho. Para Gerstlé, usa-se o conceito para designar “o conjunto de problemas chamados ao debate público, recebendo a intervenção das autoridades políticas legítimas” (Gerstlé, 1992: 121). O autor ressalta a influência dos media nesse processo e afirma que para uma questão se inscrever na agenda política é preciso que a situação seja colocada como problemática por cidadãos mais ou menos organizados ou por líderes sindicais, administrativos ou políticos.

No caso da construção da agenda política em torno dos direitos da infância no Brasil, usando a terminologia de Gerstlé, poderíamos defini-la como um processo ascendente, da sociedade em direcção aos representantes do poder, chamado de “modelo de iniciativa exterior”, devido à posição dos interpeladores ao se reportarem ao poder. Nesse modelo, os actores precisam divulgar o movimento e mobilizar a opinião pública. Daí, a importância dos media - para ampliar a audiência sobre o tema, conquistar novos adeptos e consequentemente exercer maior pressão sobre quem possui o poder de decisão. “A comunicação é uma variável decisiva para a construção da agenda pública. Ela é decisiva para que um tema entre na agenda formal, ou seja, na ordem do dia reconhecida pelas autoridades públicas como merecedora de decisões” (Gerstlé, 1992: 122).

Cobb e Elder afirmam que para compreender um sistema democrático é fundamental responder sobre como os temas são seleccionados e resolvidos, ou seja, precisamos perceber as influências que determinam os tipos de questões consideradas

pelo poder político. Em que espaços do sistema as massas conseguem participar e influenciar decisões sobre questões políticas importantes? Sob que condições isso acontece? Como um tema específico, sobre o qual grupos faziam reivindicações há algum tempo, se torna o centro de intensas controvérsias políticas? Como um tema passa a ser visto como importante e apropriado para receber atenção?

Para responder a essas questões, os autores colocam quatro observações, que consideram elementares. A primeira é que a distribuição de influência e acesso em qualquer sistema tem preconceitos inerentes. O sistema opera a favor de alguns e traz desvantagens para outros, de acordo com as suas condições sócio-económicas, *status*, educação, idade, etnia etc. A segunda é que a gama de temas e alternativas consideradas é restrita porque a capacidade de atenção de qualquer organização é limitada, além disso, os sistemas políticos são organizados no sentido de lidar com alguns conflitos e ignorar outros. “As parcialidades no sistema político reflectem e legitimam o poder entre grupos organizados, isso significa que a gama e o tipo de temas considerados vão representar os interesses e preocupações de forças políticas previamente legitimadas” (Cobb e Elder, 1971: 905).

A terceira observação dos autores é que a inércia do sistema faz com que seja extremamente difícil mudar os preconceitos prevaletentes que determinam os temas e alternativas vistos como preocupações legítimas da política. Por isso, é tão difícil grupos marginalizados conseguirem colocar as suas questões como importantes no jogo político.

A quarta e última observação decorre das três primeiras: o processo anterior às decisões é fundamental para determinar quais os temas e alternativas são considerados pelo sistema político e quais as escolhas que serão provavelmente feitas. “Para entender a dinâmica da democracia, é necessário considerar o que Nieburg chama de política informal, o que sublinha e dá vitalidade às instituições formais do processo social” (Cobb e Elder, 1971: 905).

A partir dessas quatro observações, podemos concluir que o status de agenda é alcançado a partir de um processo com muitas variáveis e não decorre de uma decisão ou de uma acção singular. Quem está no poder tenta sufocar ou reinterpretar temas tratados por grupos que querem espaço na agenda. Já esses grupos tentam colocar os seus objectivos como propostas claras na tentativa de furar esse bloqueio. O termo agenda para Cobb e Elder, bastante semelhante à concepção de Gerstlé, refere-se à gama de questões que são vistas como problemas legítimos merecedores de atenção

política. Para os autores, a grande questão é como muda o processo que determina as vantagens de uns e as desvantagens de outros e quais as consequências disso.

Ainda segundo Cobb e Elder, dois caminhos são imprescindíveis para grupos que pretendem alcançar vantagens nesse processo. O primeiro é procurar aproximar-se do sistema político-partidário. Ter representantes que defendam e falem em nome das suas causas é fundamental para transformar temas em itens da agenda. O segundo é garantir acesso aos media, o que aumenta muito a possibilidade de uma questão ser incluída na agenda. “Alguns personagens dos media podem agir como líderes de opinião, trazendo publicidade para temas específicos” (Cobb e Elder, 1971: 909).

O trabalho de legitimação e construção da identidade da causa dos direitos da infância é uma tentativa de transformar as questões da infância em reivindicações claras, passíveis de se tornarem temas importantes da agenda política, que levem a acções governamentais de melhoria nas condições de vida de crianças e adolescentes.

Mas, como alertam Cobb e Elder, esse processo num sistema democrático é lento, embora a participação popular possa acelerá-lo. “Uma vez que as reivindicações alcançam a agenda sistemática, considerações na agenda governamental são inevitáveis. Isso não quer dizer que o processo seja necessariamente rápido. Mesmo as mais urgentes reivindicações esperam anos para que acções de mudanças sejam tomadas” (Cobb e Elder, 1971: 914).

Conclusão

Este trabalho faz parte da pesquisa que estamos a desenvolver durante o mestrado em Ciências da Comunicação, variante Estudo dos Media e do Jornalismo, na Universidade Nova de Lisboa. Nosso objectivo é perceber a relação entre media jornalísticos e movimentos sociais na construção do discurso noticioso sobre as questões da infância no Brasil.

Em oposição às teorias que conferem aos media poderes ilimitados, vemos na sociedade civil organizada em torno dos direitos infanto-juvenis uma possibilidade de influência considerável sobre os meios de comunicação, contribuindo para o fortalecimento das sociedade democráticas e para o agendamento político destas questões.

Amparados pela legislação brasileira, esses movimentos sociais conseguiram politizar e dar maior visibilidade a temas como trabalho infantil, violência sexual contra

crianças e adolescentes, educação, entre outros. Os actores sociais estão cada dia mais familiarizados com a linguagem dos media e mais aptos a exercer sobre eles uma influência considerável, embora limitada diante dos interesses económicos e políticos dos mesmos. As temáticas infanto-juvenis, nomeadamente as que envolvem situação de exclusão social, estão na agenda noticiosa mediática em grande parte graças às estratégias desses actores. “É preciso ser visível para existir, é preciso que a cobertura do evento seja o mais possível conforme aos objectivos do actor social ou colectivo que tem a palavra e, sobretudo, tentar que falem dele nos termos que incitem o público a compreendê-lo e se possível a apoiá-lo” (Gerstlé, 1992: 120).

Estes apoios e compreensão social facilitam que o tema seja incluído na agenda pública e consequentemente receba investimentos e acções para solucionar os problemas. Ou seja, os media colaboram para o agendamento de questões, mas não definem essas questões sozinhos, são passíveis de influência de sectores organizados da sociedade e das próprias fontes de informação consultadas pelos comunicadores. Os media estão numa posição de monopólio da difusão do discurso público sobre o mundo social. Os discursos, no entanto, são construídos em grande parte sob a influência da sociedade civil organizada.

Por tudo isso, é fundamental que as pesquisas em comunicação estudem a relação entre comunicadores e fontes de informação para melhor compreender a construção da agenda mediática e a influência desta sobre a agenda política.

Bibliografia

ANDI. Pesquisa Infância na Mídia – a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. Relatórios 2001/2002 e 2002/2003. Brasília: ANDI.

CHAMPAGNE, Patrick. (2000), Os Media, as Sondagens de Opinião e a Democracia. In Os Cidadãos e a Sociedade da Informação - Debates Presidência da República, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

COBB, Roger W. e **ELDER**, Charles D. (1971). The Politics of Agenda-Building: An alternative perspective for modern democratic theory, *The Journal of Politics* 33.

COOK, Fay Lomax et al (1983). Media and Agenda Setting: Effects on the public, interest groups, leaders, policy makers and policy, *Public Opinion Quarterly* 47.

ESTEVES, João Pissarra (2003). Espaço Público e Democracia, São Leopoldo/RS: Unisinos.

GERSTLÉ, Jacques (1992). *La Communication Politique*, Paris: Presses Universitaires.

HABERMAS, Jürgen (1987). *Logique des Sciences Sociales et Autres Essais*, Paris: Presses Universitaires.

HABERMAS, Jürgen (1997). *Between Facts and Norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*, Cambridge: Polity.

HABERMAS, Jürgen (1998). *Facticidad y Validez – Sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso*, Madrid: Editorial Trotta.

HALLIN, Daniel (1985). The American News Media: a critical theory perspective. In *Critical Theory and Public Life*, ed. John Forester, Cambridge: The MIT Press.

HOHLFELDT, Antonio. Os Estudos sobre a Hipótese de Agendamento, Porto Alegre, *Revista Famecos* No. 7, Novembro de 1997.

KEANE, John (1991). *A Democracia e os Media*, Lisboa: Temas e Debates.

KEANE, John (2001). *A Sociedade Civil*. Lisboa: Temas e Debates.

NEVEU, Érik (2002). *Sociologie des Mouvements Sociaux*. Paris: Éditions La Découverte.

SHAW, Donald L. e HAMM, Bradley J. (1997). Agendas for a Public Union or for Private Communities? How Individuals are Using Media to Reshape American Society. In *Communication and Democracy: exploring the intellectual frontiers in agenda setting theory*, ed. Maxwell McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver, London: Lawrence Erlbaum Associates.

PONTE, Maria Cristina (2002). *Quando as Crianças São Notícia – Contributo para o estudo da noticiabilidade na imprensa de informação geral*, Lisboa: Tese de Doutoramento.

TARDE, Gabriel (1986). *El Público e la Multitud*, in *La Opinion y La Multitud*, Madrid: Taurus (orig. 1901).

